

Boletim da Unidade Portuária

Santos, 15 de junho de 2013.

TODOS OS EMPREGADOS ESTÃO CONVOCADOS ASSEMBLEIA SEGUNDA, 17/06, ÀS 20 HORAS, NA SEDE DO SINDAPORT



Graças à mobilização e união da categoria várias reuniões foram realizadas com políticos e representantes do Governo Federal com o objetivo de finalmente conseguirmos implantar o Plano de Cargos e Salários. Agora, mais do que nunca, ao que tudo indica, as portas estão começando a se abrir e nosso pleito está perto de ser atendido.

O grande problema nesse caminho é que já adiamos a marcação obrigatória do ponto eletrônico até onde deu. O início para a marcação do ponto eletrônico era 10 de junho, de acordo com o Termo de Ajustamento e Conduta firmado entre a CODESP e o Ministério Público do Trabalho.

Quando a CODESP soltou a resolução determinando o ponto eletrônico a partir de 08 de maio, ressaltamos que a data estava sendo antecipada e lutamos para que o prazo de 10 de junho fosse respeitado.

Conseguimos com a união e a mobilização de toda a categoria, entender essa implantação após o prazo de 10 de junho. **Apesar das dúvidas ou medo de alguns companheiros que, ao contrário da decisão das assembleias, marcaram o ponto, conseguimos que ninguém fosse punido ou tivesse prejuízos financeiros.**

Porém, agora, essa garantia já não pode mais ser dada pela empresa, que afirma que a partir da próxima semana, dias 18 ou 19 de junho, vai começar a contagem do ponto e os trabalhadores

terão que fazer a marcação eletrônica, caso contrário as horas ou dias não serão pagos.

Diante desse fato, o SINDAPORT entende que para se arriscar com essa situação é melhor decretarmos greve, pois vamos perder o dia do mesmo jeito.

Por outro lado, diante de nossa força, união, mobilização, estratégia e inteligência, se as datas não estão exatamente sincronizadas, a possibilidade do Plano de Cargos e Salários ser realmente liberado pelo DEST está perto de acontecer, daí seria apenas uma questão de datas.

■ Durante os dois dias que ficou em Brasília nesta semana, o presidente do SINDAPORT esteve reunido com o assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Lopez Feijóo, que conhece bem o setor sindical. Feijóo foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e vice-presidente nacional da CUT. Ele garantiu que vai conversar na segunda ou terça-feira com Murilo Barella e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para resolver o impasse definitivamente.

■ Ainda em Brasília, Murilo Barella expôs que o PCES ainda não foi assinado por causa de uma pendência: o reflexo na parte financeira Portus. Porém, a CODESP já respondeu por escrito, na sexta-feira, que não há mais nenhuma pendência.

■ A categoria tem que estar ciente que só não teve o dia descontado porque o SINDICATO fez gestão na CODESP para que nenhum trabalhador fosse prejudicado.

CATEGORIA CONSEGUE IMPORTANTES APOIOS POLÍTICOS

O presidente do SINDAPORT, Everandy Cirino, esteve na terça e quarta, dias 11 e 12 de junho, em Brasília, para encontros políticos visando o nosso PCES.

Na terça-feira, ele esteve com o deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP), a pedido do assessor da presidência da CODESP, Fausto Figueira, que também participou do encontro. O deputado federal solicitou informações ao SINDICATO para entregá-las à ministra do Planejamento, Mirian Belchior. Também estavam na reunião dirigentes da CUT e da Federação Nacional dos Portuários.

O SINDAPORT também fez contato com o diretor do DEST, Murilo Barella, e expôs a situação de expectativa dos portuários da CODESP.

Na quarta-feira, Everandy Cirino esteve mais uma vez reunido com o ministro de Portos, Leônidas Cristino, e expôs a atual situação da categoria. No final de maio, já tínhamos participado de reunião com o ministro, que reconheceu o voto de confiança dado a ele, pela categoria ao



O deputado federal Paulo Teixeira, o presidente Everandy Cirino e o diretor da FNP, José Renato Inácio de Rosa

adiar a greve. Acreditamos no ministro, que chamou para si a responsabilidade em resolver esse conflito criado após falsas expectativas por representantes da CODESP.

SINDICATOS participam de mesa redonda sobre implantação do PCES

A pedido dos SINDICATOS representantes dos trabalhadores da CODESP, foi realizada mesa redonda na Gerência Regional do Trabalho para discutir a implantação do Plano de Cargos e Salários na empresa.

Os SINDICATOS afirmaram que o PCES já vem sendo discutido há mais de dois anos, que foi elaborado por comissão paritária, acolhido pela empresa e deveria ser implantado junto com outras medidas.

Os SINDICATOS ressaltaram que a empresa começou a implantar outras medidas de forma isolada sem a implantação do PCES, o que pode trazer prejuízos aos trabalhadores com a redução dos ganhos.

Também foi informado que por causa das férias do ministro de Portos, Leônidas Cristino, a assembleia que seria realizada, no último dia 09 de junho, com indicativo de greve para o dia 10 de junho foi suspensa. Uma demonstração de que os trabalhadores pretendem efetivamente a solução da questão confiando na autoridade de intervenção do ministro no processo.

Ressaltamos que existe assembleia conjunta convocada para o próximo dia 17 e que pode desencadear movimento grevista para o dia 25 de junho. Por isso, cobramos uma data para a implantação do PCES.

Com a palavra, a CODESP disse que de fato o PCES foi elaborado por comissão paritária, sendo acolhido pela empresa e encaminhado aos órgãos do Governo Federal, que devem autorizar sua implantação.

A CODESP também enfatizou que não tem autonomia para implantar o plano de cargos, pois depende de autorização do Ministério do Planejamento, por meio do DEST e que já encaminhou ofícios cobrando uma posição, ainda não recebeu autorização e por isso não tem como decidir sobre um prazo.

Os SINDICATOS, no entanto, cobraram empenho da Codesp porque no Rio de Janeiro, a Companhia Docas de lá, conseguiu implantar o plano de cargos e salários. Além disso, a CODESP implantou o ponto eletrônico e há receio dos

trabalhadores de desdobramento com prejuízo financeiro.

A CODESP afirmou que não há determinação do presidente Renato Barco para corte das horas-extras e a implantação do ponto eletrônico decorre de obrigação oriunda do TCU e do TAC, do Ministério Público do Trabalho.

OS SINDICATOS rebateram que o ponto eletrônico tem várias falhas e os trabalhadores não podem nesse período sofrer qualquer penalidade.

Após vários debates, a CODESP comprometeu-se a dar ciência da mesa redonda ao ministro de Portos, buscando um posicionamento a respeito do prazo para definição sobre o Plano de Cargos e Salários.

Por outro lado, a Gerência Regional do Trabalho, atendendo pedido dos SINDICATOS, vai encaminhar ao DEST e ao ministro de Portos, ofício manifestando preocupação sobre eventual realização de movimento grevista. O órgão também vai solicitar empenho para a solução da reivindicação dos trabalhadores quanto a implantação do PCES.